



“Presente da CIA”

LAVA JATO A declaração de Deltan Dallagnol, feita ou não em tom de piada, reafirma a subserviência da República de Curitiba aos interesses estrangeiros

POR RODRIGO MARTINS

Na desesperada tentativa de varrer o escândalo para debaixo do tapete, procuradores da extinta força-tarefa da Lava Jato em Curitiba pediram ao Supremo Tribunal Federal para revogar o acesso de Lula ao material apreendido pela Polícia Federal na Operação Spoofing, que resultou na prisão dos *hackers* Walter Delgatti Neto e Thiago Eliezer. A dupla invadiu os celulares do ex-juiz Sergio Moro e do procurador Deltan Dallagnol, e conseguiu extrair do aplicativo de mensagens Telegram um gigantesco arquivo com 7 *terabytes*, dos quais 740

gigabytes foram liberados para a defesa do ex-presidente por decisão do ministro Ricardo Lewandowski. A operação-abafa deu, porém, com os burros n'água.

Por 4 votos a 1, a Segunda Turma do STF manteve os diálogos abertos à defesa de Lula, com severas críticas aos métodos lava-jatistas. “Se esses diálogos não existiram, os *hackers* de Araraquara são uns notáveis ficcionistas”, ironizou Gilmar Mendes. “Ou nós estamos diante de uma obra ficcional fantástica que merece o Prêmio Nobel de Literatura ou estamos diante do maior escândalo judicial da história da humanidade.”

Embora tenha cancelado diversas arbitrariedades da Lava Jato no passado, a começar pela ilegal divulgação de uma conversa entre Dilma Rousseff e Lula, interceptada pela Polícia Federal fora do período autorizado pela Justiça, o ministro foi certo no julgamento realizado na terça-feira 9. De fato, não é plausível a tese de que os *hackers* tenham inventado ou adulterado as mensagens, cientes de que um dia poderiam ser presos pela PF. E, sim, as conversas interceptadas comprovam o conluio entre o magistrado e a equipe do Ministério Público Federal para incriminar o ex-presidente.



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 24

Terras indígenas.
Bolsonaro age para
passar a boiada

Moro chegou a indicar uma testemunha que poderia depor contra Lula, antecipou aos procuradores decisões judiciais, sugeriu alterar a ordem de fases da operação e orientou a inclusão de prova contra um réu em denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal. “É extremamente grave e impactante o que veio à tona”, observou Lewandowski, ao julgar a reclamação dos procuradores. O ministro afirmou, ainda, que os diálogos revelaram “tratativas internacionais que ensejaram a presença de inúmeras autoridades estrangeiras em solo brasileiro, as quais, segundo consta, entrevistaram em investigações aparentemente à revelia dos trâmites legais”.

De fato, os diálogos indicam que os procuradores da Lava Jato compartilharam informações sigilosas com autoridades suíças e norte-americanas. De forma absolutamente clandestina, tudo indica. O Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre Brasil e EUA, regulamentado pelo Decreto 3.810, de 2001, prevê que a cooperação internacional seja mediada pelo Ministério da Justiça do Brasil e pelo Departamento de Justiça dos EUA. Todos os documentos recebidos precisam ter um comprovante de entrega. Moro e Dallagnol passaram, no entanto, por cima do governo brasileiro. Em resposta à defesa de Lula, que obteve um mandado de segurança para ter acesso às informações compartilhadas, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, vinculado à pasta da Justiça, informou não ter encontrado registros de qualquer pedido de cooperação de procuradores da Lava Jato com autoridades estadunidenses. Dias depois, Lewandowski determinou que a Corregedoria do Ministério Público Federal apurasse se houve intercâmbio de informações que tenham sido sonegadas ao ex-presidente.

REGALO DOS AMERICANOS

Dallagnol estava fazendo uma piada ou falando a sério quando tratou a prisão de Lula como um regalo da agência de inteligência norte-americana?

- 18:21:48 Paulo Deltan na Disney enquanto Lula está preso, isso vai ser notícia!
- 18:21:52 Paulo Mas... Problema
- 18:21:57 Laura Tessler é mesmo....pode ir lá dar as boas vindas pra ele, Isabel
- 18:22:03 Isabel Grobba hehehe
- 18:22:07 Paulo Não dá p mudar a vida por causa disso
- 18:22:30 Julio Noronha No Brasil, mesmo uma decisão judicial amparada no decidido pelo STF, pode não acontecer, mesmo q entre a decisão e o cumprimento sejam apenas horas
- 18:23:03 Laura Tessler agora já era...deixa de pessimismo
- 18:23:10 Julio Noronha Só o Lula vai mudar de vida!
- 18:24:45 Welter Prr Ele tem ate amanha para se apresentar. Depois é foragido
- 18:25:09 Welter Prr Mas acho que ele vem
- 18:25:16 Laura Tessler eles vão armar um bom teatro até amanhã para ele chegar "nos braços do povo"
- 18:25:20 Paulo Com certeza vai fazer um comício as 16h, antes de se apresentar
- 18:25:49 Deltan Presente da CIA
- 18:26:09 Laura Tessler 🤔🤔🤔🤔

Moro estava a par da colaboração ilegal. Em 4 de novembro de 2015, o juiz diz em uma das mensagens interceptadas ser preciso “colocar *US attorneys* (procuradores norte-americanos) para trabalhar, pois até agora *niente*”. Dallagnol concorda: “Eles estão só sugando, por enquanto. Hoje falei com eles sobre as contas lá

**“O maior
escândalo judicial
da história”,
resume o ministro
Gilmar Mendes**



da Ode (*Odebrecht*) praver se fazem algo”. Em 28 de novembro do mesmo ano, Moro volta ao assunto: “Prezado, evoluiu aquela questão das contas nos US?” O então coordenador da força-tarefa responde: “Está com os americanos que já pediram os *docs* aos bancos e adiantarão por *e-mail* assim que chegarem. Mas serão apenas as transações que passaram pelos EUA. A conta é Suíça. Nesta semana teremos contato com os suíços, que vêm para cá pedindo extremo sigilo quanto à visita”. Três dias depois, o magistrado volta a cobrar: “Mantenha-me informado por gentileza”. E Dallagnol passa a detalhar pagamentos em “contas *offshore* controladas pela Odebrecht”.

Em 19 de abril de 2016, o procurador Orlando Martello Júnior afirma ter repassado “em *off*” ao procurador suíço Stefan Lenz uma “lista dos possíveis nomes para acordo”. A atuação clandestina acabou naturalizada pela força-tarefa.

Havia a preocupação constante de agradecer aos representantes dos Estados Unidos

Em uma mensagem, o procurador Paulo Roberto Galvão de Carvalho informa que agentes norte-americanos ouviriam colaboradores na semana de 8 de maio e gostariam de ter acesso a documentos de alguns colaboradores, ou seja, de envolvidos no processo que firmaram acordos de leniência. Uma integrante da Lava Jato identificada como “Carol PGR” questiona se as informações seriam compartilhadas “informalmente ou formalmente”. Galvão de Carvalho então esclarece: “Formalmente”.

No dia do anúncio da prisão do ex-presidente, em 5 de abril de 2018, os integrantes da força-tarefa comemoraram efusivamente a decisão de Moro. A certa altura, Paulo Galvão lembra que Dallagnol estará fora do País e não iria acompanhar de perto o evento: “Deltan na Disney enquanto Lula está preso, isso vai ser notícia!” O chefe da equipe emenda: “Presente da CIA”.

Os procuradores brasileiros estavam sempre preocupados em não desagradar aos agentes dos EUA. Em 19 de maio de 2016, Dallagnol sugere “fazer um acordo conjunto com os americanos” em relação à Braskem, petroquímica do Grupo Odebrecht. “Se não formos fazer, temos que pelo menos ver se eles se sentem confortáveis com solução diversa”, acrescenta. Em 29 de setembro do mesmo ano, o procurador Júlio Noronha pergunta se há alguma objeção a um comunicado que a Braskem pretendia divulgar ao mercado. “Carol PGR” não vê problemas, mas se preocupa com a opinião dos parceiros: “Os americanos concordaram?” Em outro diálogo, de 19 de outubro de 2016, Noronha traz a informação de que os EUA teriam exigido “patamar indecoroso de 30%” nos acordos de leniência.

A maior parte desses diálogos foi reproduzida em uma notícia-crime apresentada na sexta-feira 5 à Procuradoria-Geral da República contra Moro, Dallagnol e outros seis procuradores da Lava Jato. Subscrita pelo deputado Paulo Pimenta, do PT, pelo ex-deputado Wadhi Dammous e pelo advogado Fernando Hideo Lacerda, a peça aponta “fortes indícios” de uma associação criminosa de agentes públicos, “que se valeram da manipulação fraudulenta do sistema de Justiça para ocultar a implementação de um projeto político e ideológico de poder, contando com a participação de agentes estrangeiros, cujo propósito aparenta ter sido a violação da soberania nacional, a obtenção de vantagens indevidas, a satisfação

MORO A PAR DE TUDO

O então juiz sabia das conversas clandestinas mantidas por procuradores da Lava Jato com autoridades dos EUA.

28 Nov 15

MORO - 11:27:41 Prezado evoluiu aquela questão das contas nos US?

DELTAN - 14:35:08 Está com os americanos que já pediram os docs aos bancos e adiantarão por e-mail assim que chegarem. Mas serão apenas as transações que passaram pelos EUA. A conta é Suíça. Nesta semana teremos contato com os suíços, que vêm para cá pedindo extremo sigilo quanto à visita

1 Dec 15

MORO - 12:09:20 Mantenha-me informado por gentileza.

DELTAN - 12:51:37 Acabamos de ver a conta. Há muitos pagamentos que entram de contas *offshores* controladas pela Odebrecht, incluindo MAINL, uma nova. Muito dinheiro sai também em transações altas de 200, 250, 150 mil dólares, o que é suspeito, mas eles não têm ainda os proprietários beneficiários das contas de destino

MORO - 13:05:24 Mas o beneficiário é o JS?

DELTAN - 14:36:32 Sim. A conta é shellbil

MORO - 17:07:57 Ok.



Mendes e Lewandowski
dão um basta aos
abusos lavajatistas

de interesses ou sentimentos pessoais e o aniquilamento do Estado de Direito”.

Na avaliação dos autores da denúncia, Moro e os procuradores da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba podem ter atentado contra a segurança nacional, uma vez que o artigo 8º da Lei 7.170, de 1983, considera crime “entrar em entendimento ou negociação com governo ou grupo estrangeiro, ou seus agentes, para provocar guerra ou atos de hostilidade contra o Brasil”, sob pena de reclusão de 3 a 15 anos.

“Existe um canal oficial de cooperação internacional, que é o DRCI, vinculado ao Ministério da Justiça, mas os procuradores da Lava Jato optaram por manter conversas clandestinas. Hoje, sabemos que o acordo de leniência da Petrobras previa a destinação de uma parte da multa aos EUA, uma parte para a Suíça e outra para o Brasil, onde seria constituída uma fundação privada para gerir 2,5 bilhões de reais, e o Ministério Público Federal teria assento no conselho de administração da entidade. Isso só não foi adiante por causa da enorme repercussão negativa. Além disso, o governo Dilma vinha sendo espionado pelos EUA, como revelou Edward Snowden, ex-analista da CIA e da NSA”, observa Lacerda. “Nesse contexto, o ato de hostilidade contra o Brasil se daria pelos prejuízos econômicos causados

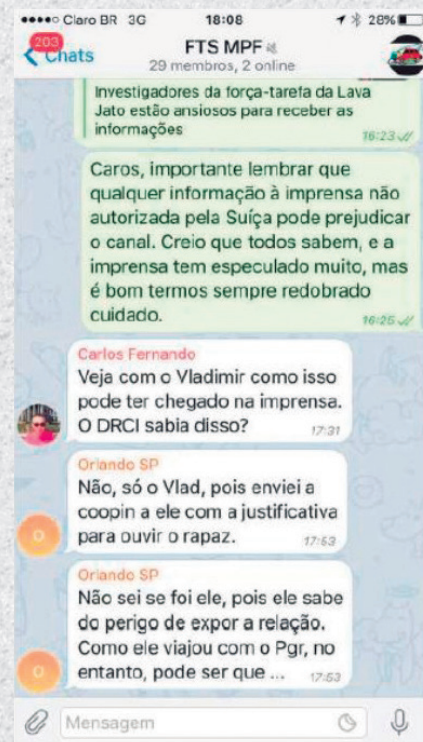
em setores estratégicos da economia e também pelas consequências políticas.”

Os autores da notícia-crime pedem ainda que se retire o sigilo de todas as mensagens funcionais de Moro e dos procuradores da Lava Jato, não apenas aquelas que se referem aos processos contra Lula. “É importante destacar que essas mensagens dizem respeito ao exercício do cargo ou função pública. Elas não estão, portanto, acobertadas pelo sigilo de correspondência que a Constituição assegura às mensagens de natureza privada”, explica Lacerda. O objetivo é claro: entender a extensão dos danos causados ao Estado de Direito e à sociedade pelos métodos lavajatistas, sempre à margem da lei.

Em junho de 2019, os procuradores da Lava Jato recusaram-se a entregar os celulares para uma perícia da Polícia Federal. Agora insistem que não podem confirmar a autenticidade das mensagens. É o mesmo discurso encampado por Moro, que acrescenta que elas foram obtidas de forma ilícita e, portanto, não servem de prova. O juiz ignora a longa jurisprudência que admite o uso de provas ilícitas em favor do réu, se for para garantir a presunção de inocência e a liberdade do indivíduo. Ou seja, Lula e outros condenados pela Lava Jato

PELAS COSTAS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Mensagens indicam que as tratativas com os suíços não eram informadas ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, responsável por mediar os acordos com autoridades estrangeiras.



poderiam beneficiar-se, embora a defesa do ex-presidente cogite não usar as mensagens *hackeadas* para não atrasar o julgamento do pedido de suspeição de Moro pela Segunda Turma do STF.

“Nossa avaliação, neste momento, é que existem provas mais do que suficientes nos autos para o reconhecimento da suspeição do juiz”, disse o advogado Cristiano Zanin Martins. “O julgamento, iniciado em 2018, deve ser retomado o mais breve possível, sem a necessidade de novas discussões.”